



Não vale misturar caso do correspondente do NYT com CFJ

Conselho bom só se dá a quem pede. Se o ditado popular é mesmo sóbio, o Conselho Federal de Jornalismo (CFJ) é uma boa ideia. Foram os jornalistas que pediram um conselho. A proposta é defendida pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) há muitos anos. Não foi do presidente Lula, nem do PT a suposta intenção de cercear a liberdade de imprensa. Repito, foram os jornalistas que pediram um conselho.

Quem não é jornalista, talvez não saiba que a Fenaj realizou eleição no mês passado. Uma eleição muito tumultuada, ressalte-se, com direito a pedidos de impugnação recusados e a material de campanha distribuído com porte pago pela Câmara dos Deputados. Baixarias à parte, essa história do CFJ frequentou a maior parte do debate eleitoral entre as duas chapas. Se você é jornalista e não sabia disso, anda muito mal informado.

Até porque já li opiniões contrárias de jornalistas sinceros, um bom debate sobre o CFJ deve, sim, anteceder sua aprovação. Melhorar o texto, se preciso for. Limpar um ou outro espaço duvidoso será bom. Mas não vale misturar com o caso do correspondente do New York Times, Larry Rohter, com as denúncias vazadas pela peneira da CPI do Banestado ou com um manual ridículo para servidores públicos conversarem com jornalistas. As razões reais do CFJ não estão aí.

A imprensa quer e deve fiscalizar os atores sociais, mas não quer para si, muito menos para seus empregados, nenhuma fiscalização de sua atividade-fim. Por quê? A chamada "grande imprensa" está nas mãos de nove famílias, não enchem duas mãos. A imprensa regional, salvo raríssimas exceções, pertence a políticos ou a seus prepostos. Não é essa a liberdade de imprensa que me disponho a defender, porque essa não interessa à sociedade.

É preciso muita coisa para construir uma imprensa verdadeiramente livre, inclusive libertar o jornalista do bel prazer dos patrões (nove famílias ou políticos). Os patrões não querem saber dessa história de regras éticas que jornalistas têm que cumprir. Querem continuar fazendo de seus "jornalistas responsáveis" o arremedo de liberdade de imprensa que temos. Sim, eles mandam, porque podem, e boa parte dos jornalistas obedece, porque tem juízo e não quer perder o emprego. Isso é muito sério. É inominável.

Em surto histórico, fala-se muito na caça às bruxas que seria cassar jornalistas "denuncistas" por aí. Esquecemos de problemas básicos, que são muito mais comuns que os denunciamentos: é antiético ser assessor de imprensa e realizar cobertura jornalística (sobre o assessorado) em veículo onde esteja empregado. Ninguém fiscaliza, porque, simplesmente, não há mecanismo de fiscalização instituído. Por isso, uma legislação de falcaturas prospera na mídia e nos imprime uma imagem brutalizada de cobradores de propina.

E aí, vamos continuar livres?

Ninguém acredita que a comissão de ética da OAB limita o direito à ampla defesa. Ninguém acredita que os conselhos profissionais de médicos e enfermeiros exercem sua fiscalização para



limitar o direito à vida. Mas querem fazer a sociedade acreditar que o Conselho Federal de Jornalismo vai cercear a liberdade de imprensa.

Os brasileiros não têm uma imprensa tão livre assim para defender seus interesses, a maior parte deles jamais publicados. Na América Latina, arrisco-me a dizer que nossa imprensa é mais livre que a de Cuba e a da Venezuela. Poderia ser muito melhor. Mas, é claro, os jornalistas terão que fazer sua parte — inclusive superar o anti-exemplo das últimas eleições da Fenaj. Caso contrário, teremos que ouvir calados um â?se conselho fosse bom, ninguém dava, vendia?•.